

José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, 2003, 298 pp.

*Cristina Nunes**

Após a queda do muro de Berlim, com a aparente unificação política e económica mundial, parecia esvair-se o sentido da emergência de novos sujeitos aspirando à construção de modelos de sociedade alternativos. É certo que, em geral, o mundo actual não respira as utopias edificadas no passado, mas a crença de que num mundo global se apaziguariam as lutas por “um mundo diferente”, está longe de ser uma realidade.

A recente construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra o modelo de globalização neoliberal em curso, cristalizado nas instituições políticas e económicas supranacionais, conduz-nos às interrogações levantadas por José Rebelo: “Quem falou da morte das ideologias? Quem anunciou o fim das grandes narrativas?” Como não podia deixar de ser, indissociável da discussão destas questões despertadas pelos protestos globais emergentes, surge a introdução de novos debates teóricos no seio das ciências sociais e particularmente da sociologia.

Foi sob uma conjuntura política mundial periclitante, cerca de um mês após o fatídico dia dos trágicos atentados do 11 de Setembro de 2001, em que alguns anunciavam prematura e instantaneamente um futuro conturbado para as novatas acções de protesto contra a globalização neoliberal, que se reuniu, no âmbito de um Colóquio Internacional realizado no ISCTE, um conjunto de especialistas nacionais e estrangeiros para debater e analisar reflectidamente a emergência, no dealbar do século XXI e neste mundo global em que vivemos, de “Novas Formas de Mobilização Popular”. Passados quase dois anos, eis que esta recente publicação da Campo das Letras, sob a coordenação de José Rebelo, oferece-nos o resultado aprofundado da quase totalidade das comunicações apresentadas no encontro.

Sendo que o objectivo é o de, por um lado, proporcionar uma visão inter e multidisciplinar desmistificadora das noções comumente aceites sobre “o discurso do desinteresse, recorrente nos *media* e na chamada classe política” (p. 7) e, por outro, (re)pensar as complexas interacções e articulações entre as diferentes escalas (do local até ao global) e dimensões (do político até ao cultural) na miríade actual dos fenómenos mobilizadores colectivos, encontramos aqui reunidos 22 artigos de 24 autores, or-

* Colaboradora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ganizados em 4 capítulos intimamente interligados: “Novas legitimidades”, “Novos dispositivos e novas práticas de comunicação”, “Novas configurações jurídico-políticas” e “Novos projectos, novos objectos”.

Fruto do elevado desenvolvimento científico, as novas tecnologias de informação e comunicação revolucionaram os mecanismos de interacção social, dando origem à organização em rede das sociedades. Pressupondo que “novas legitimidades” são sempre um produto do contexto histórico em que emergem, actualmente “novos dispositivos e novas práticas de comunicação” moldam a sua própria constituição e funcionamento, redesenhando o mapa das suas relações e (inter)acções quer com o mundo exterior, quer com os seus adversários.

Estas “novas legitimidades” que, na maior parte dos casos, emanam do descontentamento de não se reconhecerem e de não serem reconhecidas pelas instituições sociais e políticas vigentes, reivindicam “novas configurações jurídico-políticas” e, na esperança de alcançarem o seu próprio reconhecimento, iniciam “novos projectos” que se transformam em “novos objectos” da sociologia.

Apesar da dimensão e variedade de conteúdos abordados, José Rebelo identifica uma orientação comum que norteia as diferentes incidências analíticas de “Novas Formas de Mobilização Popular”: a ausência do envolvimento e a fraca participação dos cidadãos nos assuntos das esferas pública e social “verifica-se em contextos bem determinados, isto é, não significa apatia generalizada” (p.7).

Sendo demasiado exaustivo apreciar pormenorizadamente cada um dos artigos, deixamos apenas um registo geral de todos e uma breve referência às principais linhas que atravessam o livro.

No primeiro capítulo, quatro reflexões distintas debruçam-se sobre a (re)invenção de novos e antigos actores sociais e políticos, que procuram diferentes estratégias e campos de actuação para responder criativamente à crescente globalização dos processos económicos, políticos, sociais e culturais. O (re)aparecimento de uma multiplicidade de novas legitimidades, que entrelaçam as suas identidades e reivindicações nas encruzilhadas da globalização, representa novos desafios epistemológicos para as teorias da acção colectiva e dos movimentos sociais.

Às sucessivas manifestações e encontros antimundialização (termo recentemente substituído, sob iniciativa francófona, por altermundialização) que percorrem o mundo (de Chiapas a Porto Alegre...), ainda não corresponde a constituição de um debate sociológico reflectido - devido à novidade e contemporaneidade da temática ainda abunda a literatura panfletária e militante. No entanto, Michel Wieviorka tenta-se imunizar aos discursos apaixonados e inflamados pela alterglobalização e iniciar uma nova abordagem sociológica, avançando com a proposta de que “não se explica a acção colectiva através daquilo a que ela se pretende opor” (p.21). Para o autor, se tentarmos decifrar sociologicamente as acções da alterglobalização através das teias macro-teóricas da globalização, nada compreenderemos sobre os significados políticos, económicos, sociais e culturais envolvidos nos processos de construção das suas identidades. Tal princípio, a nosso ver, deve também ser erradicado das análises que se debruçam sobre os

caminhos possíveis para a renovação e internacionalização das actuais dinâmicas de luta do velho movimento sindical – actor sempre tão presente e activo nos protestos alterglobalistas – aqui, objecto da reflexão de Manuel Carvalho da Silva.

No artigo que se segue, da autoria de Muniz Sodré, desvendam-se especificidades transversais às novas legitimidades: embora cerzidas em diferentes contextos sociais e culturais, une-as a luta pela emancipação e inclusão sociais. Muitas destas lutas, na esperança de serem ouvidas pelos centros de decisão económicos e políticos, transportam os seus conflitos até aos cenários urbanos. Não obstante, o facto de “que é na cidade que, fundamentalmente, se exercem – ou não – *os direitos e deveres da cidadania*” (p.58), Vítor Matias Ferreira apela ao reconhecimento da “cidadania urbana”, argumentando que presentemente existem fenómenos inerentes à urbanização que agridem o património das cidades.

Associadas às novas formas de mobilização popular estão “Novos dispositivos e novas práticas de comunicação” – tema que preenche os seis artigos que compõem o segundo capítulo.

No passado, a morfologia dos movimentos sociais podia-se definir sumariamente pela constituição de uma identidade colectiva comum que gerava laços sociais fortes entre os membros e uma dedicação duradoura à causa, e pela hierarquização e centralização quer dos processos de decisão, quer das funções organizacionais desempenhadas pelos membros.

Nas sociedades actuais, as mudanças tecnológicas e informacionais transformaram, como demonstra Mario Diani, o panorama dos movimentos sociais. Os antigos padrões de organização têm vindo a ser substituídos pela descentralização dos processos de decisão – são cada vez mais os que rejeitam a nomeação de líderes, e pela organização baseada em relações livres e não-vinculativas, que proporcionam aos seus membros a possibilidade de se dedicarem simultaneamente a várias causas, por um lado, e de se poderem desvincular a qualquer momento, por outro. É em torno destes novos perfis colectivos, que se imbricam e fluem como as malhas da internet, que David Miranda discute, sinteticamente, algumas questões epistemológicas relativas à heterodoxia dos paradigmas teóricos das “redes”.

Os artigos da autoria de Raquel Paiva, Diana Andringa, Gustavo Cardoso e Pedro Pereira Neto, João Coutinho Ferreira e Pedro Dionísio, incidindo sobre diferentes realidades sociais – o primeiro tem como cenário os movimentos sociais no Brasil e os restantes analisam, através de abordagens distintas, o movimento que, em 1999, eclodiu na sociedade portuguesa pela autodeterminação do povo timorense –, manifestam não só a importância e influência determinantes dos média e Internet como instrumentos de persuasão política e mobilização social, como a sua capacidade para transformar causas locais em causas globais.

No terceiro capítulo, cinco textos de natureza teórica perfazem os debates iniciados, a diferentes níveis, sobre as “Novas configurações jurídico-políticas”.

O aparecimento de novos poderes informacionais obriga à criação de novos mecanismos de regulação jurídica. É neste sentido que Maria Eduarda Gonçalves examina

as mudanças e tensões introduzidas pela Internet nas relações entre o direito de propriedade intelectual e o direito de liberdade de acesso à informação.

Num campo de análise diferente, Pedro Bacelar de Vasconcelos observa a distância e o vazio político crescentes entre representantes e representados, provocado pela ininterrupta transferência dos poderes nacionais para as chamadas organizações políticas e económicas globais, como um atentado e enfraquecimento das tradições democráticas do Estado de Direito. Por seu turno, António Cluny introduz duas questões importantes: a da relação entre “Direito instituído” e a emergência de novos sujeitos sociais que apelam ao reconhecimento de novos direitos (como por exemplo as minorias étnicas e sexuais); e a do recrudescimento de práticas e discursos fundamentalistas destruidores e impeditivos da materialização das garantias e direitos universais dos cidadãos. Na senda da consagração da universalidade dos direitos, Jean Pierre Dubois defende para este período caracterizado pelas intensas vagas de imigração, em que grande parte da população é automaticamente excluída, nos países de chegada, do pleno exercício dos deveres e direitos de cidadania, a substituição jurídica do “cidadão nacional” pelo “cidadão residente”, livre de constrangimentos baseados em relações económicas e de produção. A concretização de tal utopia serviria, com certeza, para resolver as dificuldades jurídicas enfrentadas pelas comunidades de imigrantes espalhadas por todo o mundo. Insistindo nos problemas vividos pelos imigrantes, António Pedro Dorés denuncia uma realidade específica: a de se ser preso não nacional em Portugal.

Na quarta e última parte do livro, sete artigos incorporam o universo dos “Novos projectos, novos objectos”.

Viriato Soromenho-Marques, numa retrospectiva histórica, analisa, a nível global, as principais etapas de desenvolvimento do movimento ambientalista e, a nível local, os motivos do alheamento dos portugueses em relação a esta causa. No entanto, na sociedade portuguesa existe um tipo muito particular de protestos ambientais que se tem destacado – os movimentos *nimby* (“not in my backyard”) –, João Arriscado Nunes, num texto de cariz teórico, detém-se sobre as incertezas e riscos ecológicos associados ao irromper destas acções. As suas considerações complementam-se, em larga medida, com a análise efectuada por Joaquim Gil Nave aos dados obtidos através do *II Inquérito Nacional – Os Portugueses e o Ambiente*.

Ora, foi no seguimento de uma relação de desconfiança progressiva dos cidadãos face às aplicações escrupulosas das descobertas científicas realizadas, por exemplo, na área da biotecnologia, que surgiu, como demonstra Fernando Cascais, a bioética, ou seja, uma ética para a técnica. Permanecendo ainda no quadro dos novos poderes científicos, Carolino Monteiro alerta-nos para o controlo e domínio hegemónicos das multinacionais sobre a indústria farmacêutica. Actualmente, estes grandes grupos económicos agem sem princípios e fins éticos e humanos ao direccionar a investigação médica e a produção de medicamentos para os chamados “mercados de doenças rentáveis”.

As últimas análises transportam-nos do campo do saber científico para o das dinâmicas culturais. Conceição Lopes apresenta-nos a festa como um novo objecto de estu-

do, ou seja, como uma forma de mobilização popular onde se misturam identidades social e culturalmente diferentes. Num outro registo, Idalina Conde dá-nos a conhecer a emergência de novos projectos artísticos que, contra os padrões hegemónicos da cultura, redesenham e reinventam as relações entre a arte e a intervenção política e social.

Para finalizar, um comentário geral a “Novas Formas de Mobilização Popular”. Distinguindo-se pela actualidade e abrangência temática, verificam-se, por vezes, algumas descontinuidades na dinâmica interna de cada capítulo. É frequente, os artigos oscilarem entre longas análises aprofundadas do ponto de vista teórico e outras excessivamente curtas e superficiais.

Não obstante tal consideração, referimos que, a nível geral, prevalecem os contributos positivos. As fragilidades estruturais dos movimentos sociais portugueses levaram a que os temas da acção colectiva ficassem, muitas vezes, quer nos circuitos dos debates universitários, quer no plano editorial, nos bastidores da sociologia produzida em Portugal. O colóquio e, agora, o livro, ao discutirem não só a sucessão contínua de iniciativas que se dão por esse mundo afora, mas também as mobilizações colectivas que esporadicamente se dão cá dentro (como os protestos *nimby* e o caso paradigmático de Timor), destacam e revelam a importância de debater “Novas Formas de Mobilização Popular”. Para acompanhar e reflectir sociologicamente sobre novas formas de mobilização emergentes em Portugal – como as recentes mobilizações contra a guerra no Iraque, o Fórum Social Português e o surgimento de novas redes e plataformas entre associações –, é necessário que iniciativas como esta tenham continuidade no tempo.